

Lurdes Pintasilgo a "O Jornal"

"O meu projecto político enriqueceu-se com a experiência governativa"

María de Lurdes Pintasilgo não se sente com apetência para deputada, não pensa filiar-se em qualquer partido político, nem encara a possibilidade de aceitar uma propositura para a Presidência da República, como se aventava em alguns meios. Estes (não)projectos foram afirmados a José Carlos de Vasconcelos e a Cáceres Monteiro que a entrevistaram na residência oficial de S. Bento, nas últimas horas da sua permanência ali, antes da posse do VI Governo Constitucional. Lurdes Pintasilgo deverá partir já no próximo domingo para Paris, onde retomará as funções que antes exercia: embaixador do nosso país junto da UNESCO. «O Jornal», que publicou a primeira entrevista com María de Lurdes Pintasilgo no próprio dia da sua indigitação como primeiro-ministro divulga agora as suas últimas declarações como titular daquele cargo. Foi, pois, a sua entrevista de despedida, na qual tivemos o cuidado de não repetir perguntas que lhe foram feitas em outras entrevistas que recentemente concedeu a alguns órgãos de Informação, e na qual, como nos declarou, a própria María de Lurdes Pintasilgo também procurou não se repetir.

«O Jornal» — Na primeira entrevista que deu, como primeiro-ministro, a «O Jornal» disse que o seu maior temor era que a experiência governativa que a encetar a pudesse levar a uma atitude de cepticismo em relação às pessoas e à coisa pública. Esse receio concretizou-se?

María de Lurdes Pintasilgo — Não. Contra todas as aparências, não. Porque o que pude observar de interpretação dos actos políticos e de construção de «verdades» políticas é susceptível, para mim, de uma análise racional. E como consigo fazer essa desmontagem, não me afecta ao nível que conduziria ao cepticismo.

P. — Isso quer dizer que a pode afectar a outros níveis?

R. — Afectou-me a nível da compreensão do que é costume chamar a vida política profissional. Tornou mais forte a convicção que eu tinha da necessidade da política ser exercida por qualquer cidadão consciente das necessidades dos seus compatriotas e capaz de exercer uma função de organização das estruturas sociais. Tornou mais claro ainda que a política profissionalizada é a negação da própria política.

P. — Tive, portanto, pelo menos uma decepção em relação aos políticos profissionais?

R. — Não foi decepção, foi a verificação de que os políticos profissionais funcionam segundo regras e códigos que parecem só responder parcialmente à evolução quer do pensamento sobre a política do nosso tempo e a participação dos cidadãos na política, quer quanto à própria realidade social.

P. — Um desses políticos profissionais disse que a sr.^a engenheira tinha saído do Governo com azedume.

R. — É muito curioso que os políticos profissionais possam adjectivar atitudes de um primeiro-ministro, seja ele qual for, levianamente, e sem reflexão. Não tenho o mais pequeno azedume, porque tenho a consciência de que o mandato que vinha realizar foi cumprido satisfatoriamente, com a colaboração, evidentemente dos meus colegas e dos serviços correspondentes. E, por outro lado, pude fazer uma verificação de algumas teses fundamentais no meu pensamento político o que considero muito positivo.

P. — Valeu a pena, então, aceitar o cargo?

R. — O saldo é positivo. Relativamente à governação mais ainda do que o quantitativo que tenho frequentemente referido, sublinho o facto de gente que não me conhece ou grupos que à partida não tinham afinidade comigo, fazerem agora uma leitura do meu projecto político e da minha forma de governar que está para além do esforço de racionalização que eu tinha feito sobre isso mesmo. O que me «devolvem» é uma imagem, sobre estes cinco meses, muito mais rica, muito mais intensa, mais original do que eu me tinha dado conta.



Lurdes Pintasilgo a «O Jornal»
Não a ser deputada e à hipótese de se deixar candidatar à Presidência da República



P. — Mas não há, pelo menos, alguns actos de governação de que já se «autocrítiques»?...

R. — Há, sobretudo, falhas que resultam de ter atribuído prioridades que nem sempre contemplaram algumas questões que eram importantes. Por outro lado, parti muito do princípio que a minha apreensão da economia hoje tal como ela se põe, não só nos países em vias de desenvolvimento mas também nos países industrializados, era um dado perfeitamente generalizado. Eu parti do princípio de que era uma evidência para todas as pessoas que não nos podemos movimentar com a linguagem económica tradicional: ora não é.

Acho também que houve erros em algumas decisões pontuais que não foram inteiramente coerentes. Um exemplo? A dificuldade que tive em «fazer passar» aspectos fundamentais que visavam a satisfação das necessidades básicas através de medidas económicas e sociais, que tinham como objectivo favorecer os pobres ou a pequena iniciativa e, paradoxalmente, a cedência que tive de fazer em relação aos grandes, quer em termos de indivíduos quer em termos de empresas.

P. — O Governo tomou algumas medidas nessa matéria que tiveram a oposição do seu principal responsável e de administradores do Banco de Portugal no tocante à taxa de desconto e à desvalorização. Porque é que foram tomadas e porque é que depois não foram feitas aplicar?

R. — Tomei-as porque elas correspondiam ao conceito que tenho da economia ao serviço de um projecto global do Governo. Em segundo lugar, tomei-as porque estão tecnicamente fundamentadas — essa fundamentação, no termo deste Governo, será enviada à administração do Banco de Portugal, uma vez que é uma discussão que eu — cidadã Maria de Lurdes Pintasilgo — quero ter com o Banco de Portugal, mas como primeiro-ministro não devia ter.

São duas escolas de economia face a face. Como sabe, eu não sou economista. No entanto, a economia, hoje, também já não é um apanágio dos economistas e ela é uma linguagem que tem de traduzir uma certa realidade. E hoje falam-se diversas linguagens económicas no mundo. Aquela que eu falo era também a da maioria dos membros do Governo e é diferente da de alguns dos nossos economistas e financeiros. E quero deixar bem claro que isto não tem nenhum aspecto pessoal negativo.

P. — Terá sido o conhecimento dos seus inconvenientes que levou à suspensão dessas medidas?

R. — Continuo convencida que essas medidas são correctas. Mas, normalmente, quando são decididas têm que ser imediatamente acionadas através de um mecanismo próprio que, neste caso, seria um decreto-lei ou um despacho do Ministério das Finanças para o Banco Central acompanhado de um decre-

to-lei. Ora, a data em que essa decisão foi tomada era demasiado tardia relativamente à duração deste Governo para se poderem desencadear todos os mecanismos do Banco Central e, através dele, instituições bancárias, correndo-se o risco de o Governo seguinte tomar outras decisões.

P. — Vários sectores criticaram o seu Governo dizendo que era um Governo transitório e por isso não se justificava que, por exemplo, abolisse o tecto salarial...

R. — Eu já agora gostaria de perguntar-lhes se acham que é mais séria a abolição do tecto salarial ou o começo das negociações com a Ford e o que é que pensam do começo das negociações com a Ford e se também acham que este Governo não as deveria ter começado...

Se voltasse a formar Governo teria de explicar aos ministros as minhas coordenadas

P. — O prof. Sousa Franco disse que, apesar das divergências havidas, se voltasse a ser convidado para ministro pela sr.ª eng.ª, aceitava. E a sr.ª eng.ª, se voltasse a ser primeiro-ministro, voltava a convidá-lo para ministro das Finanças?

R. — Eu não gosto de dizer o que é que poderia ter sido se. É evidente que conheço cada um dos elementos do Governo, melhor do que conhecia à partida, pois a grande maioria era desconhecida para mim, e é evidente que eu não partiria para uma nova fase de governação de uma forma tão pouco personalizada como o fiz, em relação à minha própria concepção, não só de governação, como também dos vários aspectos concretos. Portanto, não digo de modo algum que não convidaria o ministro a, b ou c, agora teria era de explicar ao ministro, a, b, ou c, incluindo o ministro Sousa Franco, as coordenadas em que eu me movimento.

P. — Quais são então, a seu ver, os sectores em que este Governo poderá ter aberto um melhor caminho, deixando o terreno melhor preparado para o novo Governo, e quais aqueles em que lhe deixou uma herança mais difícil?

R. — Este governo deixou aberto uma perspectiva de desenvolvimento que me parece positiva, e que devo dizer que tem encontrado muito apoio internacionalmente,

através não só dos observadores dos meios de comunicação mas também de alguns pensadores que têm estado a analisar o que aqui se passa. O que eu quero dizer com isto é que o facto de o Governo ter estado organizado em grandes áreas de intervenção, como a área económica, a área cultural e a área social foi um aspecto que considero extremamente importante. Eu não me tenho referido a isto, mas gostaria agora de dizer que, por exemplo, o sector dos transportes foi um sector que teve uma transformação enorme. Até aqui era apenas encarado do ponto de vista técnico e económico, agora passou a sê-lo também do social.

Como aspectos difíceis para o próximo Governo, que não ficaram resolvidos, saliento os das prioridades no campo importantíssimo da produção, quer agrícola, quer industrial. Nós teremos, neste princípio de década, que decidir o que é que vamos produzir, como é que este País se vai tornar menos dependente do exterior, por um lado e, por outro lado, vai conseguir criar as indústrias, e como é que, com essas novas indústrias e essas tecnologias podem, por um lado, enquadrar-se nos problemas na Comunidade Económica Europeia e, por outro lado, sob o ponto de vista económico interno, criar a riqueza necessária para uma distribuição mais justa.

A meu ver, não são decisões que envolvem os dez meses até às eleições de 1980, mas que envolvem também o médio prazo.

Os partidos não preenchem todo o espaço político

P. — A sr.ª eng.ª nunca foi uma pessoa de partidos. Depois desta sua experiência, aproximou-se ou afastou-se deles?

R. — Eu não sou uma pessoa de partidos, no sentido de que nunca pensei e não penso vir a fazer parte de nenhum. A minha militância exerce-se de outra forma. Tenho a noção muito clara, no entanto, de que os partidos são, neste momento, uma rede estruturadora da vida política, mas não os vejo preencher todo esse espaço político. Portanto, nesse sentido, eu não sei dizer sequer se estou mais perto ou se estou mais longe dos partidos; vejo-os como um reticulado, como as estruturas dos cristais, e esse reticulado da estrutura social é para mim preenchido pelos partidos, que são

2.



Fundação Cuidar o Futuro

UNESCO, precisamente numa altura em que é ministro dos Negócios Estrangeiros o prof. Freitas do Amaral, uma das figuras que a contestou ou atacou, nomeadamente no que respeita às questões relativas a uma nova ordem internacional. Pensa que isso poderá constituir algum obstáculo?

R. — A posição do novo Governo relativamente à nova ordem internacional terá de ser definida, até porque, como sabe, as Nações Unidas vão ter que debater em 1980, na Assembleia Geral Extraordinária, a estratégia para a terceira década do desenvolvimento, e até lá o governo terá de se pronunciar.

Respondendo à vossa questão de uma forma mais directa, queria esclarecer que eu não me considero, e creio que nunca o demonstrei ser, uma adversária do prof. Freitas do Amaral.

P. — Ele é que pode ter demonstrado o contrário...

R. — Bom, creio que houve umas referências na Assembleia da República a eu ter tomado como pessoais, críticas que apenas estavam a ser dirigidas ao primeiro-ministro, distinguindo, portanto, a pessoa e a função. Não sei se o prof. Freitas do Amaral e o seu partido mantêm essa perspectiva ou não...

P. — Não vê, pois, dificuldades ao retomar a sua função de embaixadora de Portugal na UNESCO?

R. — Não, porque os problemas internacionais têm a sua lógica própria e nós temos um enquadramento em que a nossa posição tem sido muito clara e muito respeitada por todos os grupos políticos, não prevejo que Portugal vá sofrer qualquer coisa nessa matéria.

Por exemplo, um dos pontos mais importantes em que estive empenhada como embaixadora junto da UNESCO foi o das relações com os países árabes e tudo o que daí decorre. Ora, se é certo que, durante os primeiros tempos isso levantava algumas interrogações da parte de alguns países, nomeadamente dos Estados Unidos, as transformações desde então foram tão radicais que esses países se manifestam hoje de forma diferente e, ao que parece, também um dos partidos da maioria da Aliança Democrática está a procurar contactos muito intensos com os países árabes.

Década de 70 e perspectivas para os anos 80

P. — Que balanço faz da década de 70 e do ano de 1979, e como vê agora a década de oitenta e suas perspectivas?

R. — Em 1979, deu-se uma transformação muitíssimo importante, de que decorre a situação que ainda estamos a viver no Irão. A faixa islâmica aparece como corporizando a revolta do Terceiro Mundo face ao hemisfério norte e como que a súmula de tudo aquilo que, quase em actos falhados, se foi esboçando ao longo da década de 70, e que atinge a sua força maior neste ano de 1979.

Nós começámos com a crise de 1973, que se julgou ser, na altura, a crise do petróleo, e que se foi prolongando e repercutindo em diversos momentos, e temos agora esta situação, que a meu ver não está suficientemente estudada e que carece de muita reflexão. Aceitará ou não o Terceiro Mundo a liderança do mundo islâmico? Estamos perante uma época inteiramente nova, em que este impacto do mundo islâmico como que deixa para segundo plano os problemas da África negra, que constituíram a maior preocupação da década.

Na África negra, ao mesmo tempo que se desenvolvem em alguns países processos relativos à autodeterminação, noutros está-se na segunda fase da independência. Já não é o problema da independência política relativamente às antigas metrópoles que se coloca, mas sim o da independência económica e até do «ajuste de contas» interno. Quer dizer, à liderança, por vezes carismática, que caracterizou a orientação dos países da África Negra na década de sessenta, sucedem-se formas que, não tendo o mesmo enquadramento institucional da democracia parlamentar revelam, no entanto, características muito semelhantes de luta de grupos para a obtenção do poder.

Assim como me parece muito significativo que, na América Latina, ao longo da década, se tenha visto, por um lado, o desabar da esperança de uma sociedade mais justa e o reforço do poder militar é, no termo da década, se esteja, de novo, a verificar uma abertura, não só para o exercício de poder civil, como para uma maior justiça.

Continua, para mim, a existir um grande ponto de interrogação: o pouco lugar que tem, em geral, na nossa reflexão, o continente asiático, apesar de aí viverem dois terços da Humanidade. Julgo que isso se verifica pela dificuldade em apreendermos os povos do continente asiático, até porque ele não é um todo homogêneo. Mas as transformações ocorridas na Ásia durante esta década levam-me a pensar que já houve um deslocamento (lento mas, na minha observação, indiscutível) do centro das grandes decisões para a Ásia, em prejuízo da Europa e dos Estados Unidos.

«Quanto mais portugueses formos maior capacidade de diálogo teremos»

P. — Considera, portanto, que essa poderá ser uma das linhas de força da década de oitenta?

R. — Sim. E outra que acho importantíssima (e que tem muito que ver com a própria forma como o hemisfério sul se vai comportar e a própria Europa vai actuar. Para mim é extremamente importante que o continente asiático possa exprimir a riqueza cultural que contém e que as plataformas internacionais não veiculam adequadamente.

P. — À luz do que disse sobre as

novas linhas de força previstas para 1980, qual pensa que será o futuro do mundo na nova década e o papel e importância de Portugal nesse contexto?

R. — Eu penso que nós, tal como todos os países pequenos, teremos no mundo um lugar correspondente à sua própria vitalidade interna. Quer dizer, na medida em que nós formos capazes de centrar a nossa escolha na nossa própria cultura, estaremos também em condições privilegiadas para dialogar com os países asiáticos, ainda que a desproporção numérica seja enorme. Não tenho deixado de verificar, em contactos com representantes dos países asiáticos, como tem estado presente nesses países a passagem de Portugal pelo seu continente. Em certo sentido, e talvez até porque a decantação da História se processou já há mais tempo e porque essa passagem foi assimilada em culturas milenárias, em certo sentido, dizia, encontro uma consciência já muito mais trabalhada do que noutros continentes com quem temos tido uma convivência não interrompida e numericamente mais significativa.

Há um diálogo possível, e quanto mais portugueses formos, mais fiéis à nossa cultura, ao nosso passado e à nossa capacidade de construir o futuro à nossa maneira, maior capacidade de diálogo teremos com todos os países, inclusive os asiáticos.

A «dor de ser quase»

P. — Na sua tomada de posse, citou uns versos de Carlos de Oliveira e, nas Nações Unidas, citou Gedeão. Recentemente, numa entrevista, definiu-se através de dois poemas, um do Fernando Pessoa — que traduz uma realidade evidente nas suas atitudes — e outro de Mário de Sá-Carneiro, dizendo a propósito dele: «Tenho a dor de ser quase em relação a quase tudo na vida.» Como primeiro-ministro também se sentiu só quase...?

R. — «A dor de ser quase», no concreto da vida, é querer fazer melhor e não o poder fazer, ou porque as circunstâncias da vida o não permitem ou porque, na maioria das vezes, não sou capaz. Enquanto primeiro-ministro, acho que esse elemento também não deixou de estar presente. A «dor de ser quase», para um primeiro-ministro neste campo foi o não poder sempre fazer as escolhas mais certas e, portanto, saber quais elas eram e não as poder realizar; e, por outro lado, foi o apenas dar de um projecto político um fragmento que era impossível extrapolar para outros elementos e, portanto, mesmo em alguns momentos que foram intensos e significativos, ficar sempre com a noção de que havia outra coisa a fazer, outra coisa a dizer, mas que os limites do mandato não permitiam. E eu própria não era capaz, nesse mandato limitado, de revelar tudo...



Lurdes Pintasilgo volta a ouvir ataques na missa

«Numa missa a que assisti no dia de Ano Novo, numa igreja de Lisboa, a homília acabou com uma referência aos governantes que não conseguiram impedir que os pescadores, que não tinham o seu peixe pago pelo quantitativo que desejavam, o atirassem ao mar, governantes que, ainda por cima, vêm para a televisão gabar-se do que fizeram», diria a eng.ª Maria de Lurdes Pintasilgo, a certo passo da entrevista que concedeu a «O Jornal» e em que focou o problema da instrumentalização das consciências por parte de certos sacerdotes, nomeadamente durante o recente período eleitoral.

A então primeiro-ministro dir-nos-ia que não é seu hábito frequentar aquela igreja, e que a sua presença não era conhecida do celebrante. Ela percorre positivamente vários locais de culto. Já anteriormente «O Jornal» relatou um caso idêntico

ocorrido com Lurdes Pintasilgo noutra igreja de Lisboa.

Lurdes Pintasilgo comentaria que «o que aconteceu com a Igreja católica durante este período não é distinto do papel da Igreja desde sempre em Portugal e tem muito que ver com certos períodos da nossa História, em que a Igreja já desempenhou um papel idêntico».

Por outro lado, referiu-se à «instrumentalização da Igreja por forças políticas» e declarou:

«Eu tenho tentado salvaguardar as actuações oficiais da Igreja no seu conjunto, portanto a Conferência Episcopal, da actuação, ainda que generalizada, mas pontual, de muitos sacerdotes que, ao procurarem defender uma linha sociopolítica conservadora, e ao tornarem-se instrumento de forças políticas, com o argumento de que é preciso obedecer à Igreja, estão eles próprios a desobedecer a essa mesma Igreja. Isso — acrescentou

— dá-me a urgência de uma revitalização da Igreja na sua dimensão verdadeiramente espiritual».

Referindo, por último, o facto de a sua fé e convicções, em lugar de prejudicadas, terem saído «reforçadas desta experiência, no sentido do que é no verdadeiro astro espiritual que um novo caminho poderá encontrar-se para a Igreja, para o que está a ser especialmente importante o papel da juventude, pronta a quebrar barreiras, tradições e convenções sociais», Maria de Lurdes Pintasilgo declarou-se «ligada e solidária com os membros activos da Igreja, leigos, ou padres ou bispos que estão muito activamente empenhados numa transformação da sociedade», facto ainda mais reforçado pela sua «nova responsabilidade perante a experiência portuguesa que viveu e que não poderá deixar de ser objecto de reflexão».

